

JORNAL DO BRASIL

Jornal carioca diário e matutino fundado em 9 de abril de 1891 por Rodolfo de Sousa Dantas e Joaquim Nabuco. Em julho de 2010 foi anunciado o fim da edição impressa do jornal que, a partir de 1º de setembro do mesmo ano passou a existir somente na versão online.

O JORNAL MONARQUISTA (1891-1893)

O fato de não ter sido convocada uma assembleia nacional constituinte logo após a proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, gerou um clima de grande agitação política no país. A situação atingiu o clímax em 1890, na medida em que as oposições seguidamente pressionavam o governo para que fosse restabelecida a legalidade, e este, por seu lado, reprimia seus adversários e restringia a liberdade de imprensa procurando desse modo evitar críticas ao seu autoritarismo e à sua política econômica.

Nesse contexto, elementos ligados ao antigo regime monárquico iniciaram negociações com o propósito de lançar um novo jornal que veiculasse de alguma forma críticas ao governo. Assim, ainda em 1890, o conselheiro Rodolfo de Sousa Dantas escreveu a Joaquim Nabuco, que se encontrava em Londres, revelando que se associara “a um grupo muito limitado de amigos, que há dias constituiu-se com o capital de quinhentos contos, podendo elevar-se a mil, para fundar um grande jornal que deverá aparecer aqui nos primeiros dias de abril [de 1891]”. Nabuco era a seguir convidado a participar do quadro de redatores da nova folha.

A liberalização política que acompanhou a instalação da Constituinte (novembro de 1890) e o início do governo constitucional de Deodoro da Fonseca (fevereiro de 1891) permitiu finalmente o lançamento do *Jornal do Brasil* em 9 de abril de 1891. Nessa data comemorava-se o 60º aniversário do *Te Deum* celebrado pela ascensão de dom Pedro II ao trono imperial, o que apenas comprovava as ligações iniciais do periódico com a monarquia.

O novo jornal, instalado na rua Gonçalves Dias, número 56, tinha como gerente Henrique de Villeneuve e, além de Dantas e Nabuco, tinha como colaboradores Gusmão Lobo, Sousa

Ferreira, Sandro Constância Alves, Aristides Espínola e Antônio de Sousa Pinto.

Em sua declaração de princípios, o *Jornal do Brasil* traçava as diretrizes básicas de sua conduta política, afirmando seu propósito de criticar o governo, mas estabelecendo ao mesmo tempo limites a essa atuação. O jornal apresentava-se como um órgão de posições moderadas, que pretendia manter boas relações com o regime republicano. De fato, em seus primeiros meses de vida, o *Jornal do Brasil* funcionou com alguma tranquilidade.

A partir de junho de 1891, entretanto, quando Nabuco assumiu a chefia de redação, os problemas começaram a surgir. Os primeiros editoriais de sua autoria criticavam os adesistas do novo regime. Pouco depois, na série de artigos intitulada “Ilusões republicanas”, seguida de “Outras ilusões republicanas”, Nabuco observava que um dos mais curiosos efeitos da proclamação da República fora o desaparecimento do Partido Republicano.

Essas críticas à República geraram um clima de hostilidade contra o jornal, que teve sua redação várias vezes ameaçada de empastelamento. Por outro lado, o *Jornal do Brasil* enfrentava também a animosidade dos monarquistas históricos, que condenavam Nabuco por sua moderação diante do governo. Nesse clima efervescente, o jornal prosseguia debatendo as grandes causas políticas, mas também focalizando os problemas cotidianos da cidade.

Divulgando as descobertas científicas de Louis Pasteur e de Robert Koch, o jornal fez campanha para que se criasse no Rio um instituto contra a febre amarela. Na seção “Melhoramentos urbanos”, defendeu a necessidade de se abrirem grandes avenidas, que serviriam tanto ao saneamento da cidade, através da arborização e da construção de novos prédios segundo padrões higiênicos adequados, como à melhor circulação. Insistiu também na construção de uma rede de metrô, alertando para o crescimento da população urbana, e defendeu a necessidade de um plano arquitetônico e urbanístico definitivo para a cidade, a fim de disciplinar as construções.

Por ocasião da morte de dom Pedro II em Paris (5/12/1891), o *Jornal do Brasil* lançou uma edição especial, intitulada “O grande morto”, na qual era feito um histórico do reinado do ex-monarca. A partir de então, Joaquim Nabuco passou a se estender em artigos de análise doutrinária, intensificando o descontentamento dos republicanos. Na verdade, a publicação desses artigos lançou uma parte considerável da opinião pública contra Joaquim Nabuco e o

jornal. Na noite de 16 de dezembro de 1891, a redação do *Jornal do Brasil* foi invadida por uma multidão, aos gritos de “Mata! Mata Nabuco!”, e as oficinas foram completamente depredadas. Diante de tal situação, Rodolfo Dantas lançou uma nota comunicando que os proprietários do jornal haviam decidido transferi-lo a novos donos, e que Joaquim Nabuco e ele se haviam desligado de seus postos na redação.

Após a saída de Dantas e Nabuco, iniciou-se um período de transição durante o qual foi articulada a transformação do jornal de sociedade comanditária em sociedade anônima. Nessa fase, toda a responsabilidade pela direção do periódico foi entregue a Henrique de Villeneuve, também encarregado de efetuar as transações relativas à venda do jornal. A despeito das dificuldades, nesse curto período Villeneuve imprimiu um ritmo ativo ao *Jornal do Brasil*, encampando as propostas oposicionistas de *impeachment* de Floriano Peixoto e de novas eleições para a presidência da República.

Em abril de 1892 foi formalmente estabelecida a sociedade anônima. Entre os novos proprietários do jornal destacavam-se o conde de Figueiredo, Manuel Buarque de Macedo e o conselheiro Manuel Pinto de Sousa Dantas. Na verdade, a grande maioria dos novos proprietários era formada por figuras de relevo do Império, que ainda conservavam suas simpatias para com o regime deposto. A dissolução da antiga sociedade não passara, portanto, de um artifício para ludibriar os inimigos do jornal e diluir as responsabilidades de Dantas e Nabuco.

Através do editorial “O que queremos”, o próprio *Jornal do Brasil* reafirmava sua simpatia pelos ideais da monarquia. Além disso, ainda em 1892, Joaquim Nabuco voltou a colaborar no jornal sob o pseudônimo de Axel.

O jornal enfrentou dificuldades nessa fase, sofrendo com os prejuízos causados pelo empastelamento. Embora contasse com bons colaboradores e pretendesse manter sua antiga feição, viu-se forçado a se voltar para o noticiário policial, perdendo parte de seu antigo brilho.

A DIREÇÃO DE RUI BARBOSA (1893-1894)

Em abril de 1893, um grupo ligado a Rui Barbosa iniciou negociações para comprar o *Jornal do Brasil*, transformando-o novamente em sociedade comanditária sob a responsabilidade de Joaquim Lúcio de Albuquerque Melo. Na transação, teve papel de

destaque Tobias do Rego Monteiro, responsável pela localização dos diversos acionistas e pela compra de suas ações.

Uma vez concluída a operação, a direção do jornal foi entregue a Rui Barbosa, que recebeu plenos poderes para determinar sua linha de atuação. Em 20 de maio de 1893, o artigo-programa intitulado “Traços de um roteiro”, de autoria de Rui, explicitava os novos compromissos do periódico: a defesa do regime republicano, associada porém ao combate à degeneração do regime promovida pela ditadura de Floriano. A intenção de Rui Barbosa ao assumir o jornal era combater a ditadura através da valorização da Constituição.

Com essa nova perspectiva, o *Jornal do Brasil* alterou profundamente suas características, provocando um impacto na opinião pública. Da “linguagem mansa, quase humilde, doutrinária, passou a violento, agressivo e contundente, pelos artigos de Rui e dos colaboradores”. O próprio noticiário era inflamado, servindo para alimentar o combate a Floriano Peixoto.

Por ocasião do episódio que envolveu o almirante Eduardo Wandenkolk, as críticas do *Jornal do Brasil* ao governo se acirraram. A imprensa em geral anunciava que o marechal Floriano condenaria Wandenkolk por pirataria, já que este havia apresado o navio *Júpiter* com o intuito de derrubar o governo. De editorial em editorial examinando os princípios do direito internacional, Rui Barbosa esclarecia a opinião pública sobre a arbitrariedade da acusação que pesava sobre o almirante, defendendo a legalidade e proclamando a Constituição. Finalmente, a prisão de Wandenkolk no Rio Grande do Sul e sua remoção para o Rio provocaram o seguinte comentário do jornal: “Pirata ou conspirador, o almirante Wandenkolk está sujeito aos tribunais do país: não tem por juiz o marechal Floriano.”

A 31 de agosto de 1893, a petição de *habeas-corpus* em favor do almirante apresentada por Rui Barbosa ao Supremo Tribunal Federal foi reproduzida no *Jornal do Brasil*, ocupando toda a primeira página. Essa publicação irritou ainda mais Floriano, que intimou Rui Barbosa a deixar o jornal. Rui não obedeceu e continuou a escrever até a eclosão da Revolta da Armada, em 6 de setembro, quando Floriano ordenou sua prisão, vivo ou morto. Rui conseguiu fugir, deixando o jornal sob a responsabilidade de Joaquim Lúcio de Albuquerque Melo.

A Revolta da Armada, encabeçada pelo contra-almirante Custódio José de Melo contra o marechal Floriano, prosseguiu cada vez mais acesa. Foi decretado o estado de sítio, sendo

suspensas as garantias individuais e a liberdade de imprensa. Os jornais não divulgavam qualquer notícia sobre o movimento. O *Jornal do Brasil* era o único que se atrevia a noticiar em detalhes o acontecimento, na coluna “O dia de ontem”. Em represália a essa atitude, Floriano ordenou que a direção do jornal fosse intimada a suspender o noticiário sobre a revolta. A negativa de Joaquim Lúcio resultou na invasão militar da sede do jornal e em seu consequente fechamento.

“O POPULARÍSSIMO” (1894-1919)

Em 30 de outubro de 1894, Joaquim Lúcio de Albuquerque Melo vendeu o *Jornal do Brasil*, por indicação de Rui Barbosa, à firma Mendes e Cia. Em 15 de novembro, após uma ausência de um ano e 45 dias, o jornal voltou a circular, tendo como redator-chefe Fernando Mendes de Almeida e como secretário de redação Cândido Mendes de Almeida. Em seu artigo de apresentação, a nova direção do periódico afirmava seu propósito de “assegurar aos poderes públicos seu apoio, sempre que [necessário] para sustentar a autoridade legal”. Declarava ainda que as autoridades teriam no jornal uma sentinela vigilante e um adversário enérgico dos que corrompessem as leis. Do antigo matutino restava portanto apenas o título.

Paralelamente a essa perspectiva, o jornal propunha-se ser um órgão de imprensa “popular”, defensor dos pobres e dos oprimidos e divulgador de suas queixas e reclamações. Com isso, abandonava os inflamados debates políticos de outrora, voltando-se basicamente para os assuntos cotidianos da cidade de interesse das massas.

Ganharam grande destaque o noticiário relativo ao jogo do bicho e às atividades carnavalescas, as crônicas policiais e as denúncias das condições de vida das populações menos favorecidas. Surgiram as colunas e seções “O bife”, “Os crimes de polícia”, “Subúrbios” e outras, todas voltadas para os problemas e as reivindicações das populações periféricas. O jornal adquiriu amplo prestígio entre as camadas populares, a ponto de muitas pessoas a ele recorrerem para registrar suas denúncias.

Contando com tão ampla popularidade, em 1905 o *Jornal do Brasil* iniciou a construção de uma nova sede na avenida Central, e adquiriu nova maquinaria. Por outro lado, esses gastos trouxeram ao jornal dificuldades financeiras, obrigando os irmãos Mendes de Almeida a abrir o capital e a transformar a firma novamente em sociedade anônima. Ainda em função

dos problemas econômicos, o jornal sofreu uma profunda alteração gráfica, passando, em 1906, a apresentar a primeira página totalmente ocupada por anúncios classificados.

Essas modificações não alteraram porém o conteúdo do *Jornal do Brasil*, que se manteve voltado para o noticiário popular, embora jamais encampasse as lutas populares que contivessem qualquer tipo de ameaça à ordem constituída. Esse tipo de atitude ficou claro em novembro de 1910, quando eclodiu a Revolta da Chibata, movimento armado deflagrado pelos marinheiros que reivindicavam melhores condições de vida e a abolição dos castigos corporais. Se, por um lado, o jornal deu ampla cobertura ao episódio, chegando a extrair durante 60 dias de seis a oito edições diárias, por outro, sua posição foi de repúdio aos revoltosos e de “franco apoio à legalidade”.

Durante toda essa fase, oscilando entre o sensacionalismo, a exploração de casos policiais, as campanhas populares e a crítica dosada de humor e ironia aos costumes e ao governo, o *Jornal do Brasil* se caracterizou como um órgão muito mais informativo do que de opinião. Essa preocupação com a informação de interesse popular foi alvo de crítica dos demais órgãos de imprensa, que chegaram a apelidar pejorativamente o jornal de “O Popularíssimo”. Em resposta às críticas recebidas, Carlos de Laet afirmaria: “Não podiam ser mais gentis na sua malignidade os que chamam o *Jornal do Brasil* de popularíssimo, [pois ele é] por excelência a folha popular, a folha do povo.”

A deflagração da Primeira Guerra Mundial, segundo Martins Alonso, trouxe inúmeras dificuldades financeiras para o jornal. O encarecimento excessivo do papel fez com que o *Jornal do Brasil* passasse a viver num estado de insolvência permanente, que resultou em sua hipoteca ao conde Ernesto Pereira Carneiro. Em 1919, sem condições de resgatar a hipoteca, os irmãos Mendes de Almeida perderam o jornal para Pereira Carneiro.

O JORNAL MODERADO (1919-1930)

Com o novo proprietário, o *Jornal do Brasil* entrou numa fase de recuperação financeira, ao mesmo tempo em que procurava reconquistar o prestígio do período inicial, desgastado durante a gestão dos Mendes de Almeida. Essa preocupação de seriedade se evidenciou sobretudo na valorização das seções literária e artística, em que se destacavam as colunas assinadas pelos membros da Academia Brasileira de Letras. Aos antigos colaboradores somaram-se novas figuras de renome nos meios intelectuais. Da equipe do

jornal faziam parte nesse período o conde Afonso Celso, Carlos de Laet, Luís Murat, Medeiros de Albuquerque, Múcio Leão, Benjamim Costallat, Barbosa Lima Sobrinho e Aníbal Freire, entre outros.

O retorno aos velhos tempos não foi contudo completo, na medida em que o jornal temia um envolvimento mais definido nas questões políticas. De fato, consta que a principal recomendação de Pereira Carneiro à sua equipe teria sido para atuar com prudência, moderação e discrição, não se engajando jamais em campanhas que representassem riscos para o jornal.

Embora procurasse manter sempre uma posição de neutralidade, por ocasião das eleições presidenciais de 1922 o *Jornal do Brasil* apoiou a candidatura de Nilo Peçanha, com quem Pereira Carneiro tinha ligações pessoais. Com a vitória de Artur Bernardes, entretanto, o jornal manteve uma posição discreta, e até mesmo, a partir de 1924, de aproximação. Essa atitude se explicava pelo fato de Aníbal Freire, diretor do jornal, ter sido nomeado ministro da Fazenda de Bernardes.

Sempre dentro de uma linha de moderação, em 1926 o *Jornal do Brasil* apoiou a candidatura de Washington Luís à presidência da República, vendo em sua eleição a possibilidade de uma conciliação nacional. Uma vez iniciado o mandato de Washington Luís, foi mantido um apoio discreto. Mesmo quando a oposição ao governo começou a crescer, o jornal conservou sua posição, criticando moderadamente a Aliança Liberal e a candidatura oposicionista de Getúlio Vargas.

A despeito de toda a sua moderação, com a eclosão da Revolução de 1930 o *Jornal do Brasil* foi submetido a fortes represálias, que culminaram na invasão e no empastelamento de sua sede. Com isso, o jornal viu-se impedido de circular por um período de quatro meses.

O BOLETIM DE ANÚNCIOS (1931-1950)

Para promover a reabertura do jornal, Pereira Carneiro convocou Jânio Pombo Brício Filho, que substituiu Aníbal Freire, afastado em virtude de seu excessivo comprometimento com o governo deposto. Mantendo boas relações com o governo revolucionário, Brício Filho poderia contornar as eventuais dificuldades trazidas pelo relançamento do *Jornal do Brasil*.

A posição do jornal diante do governo provisório foi de cautela. Ainda assim, segundo os depoimentos de Chermont de Brito e de Martins Alonso, a atitude do matutino não era de simpatia para com o governo. Timidamente, o *Jornal do Brasil* tecia algumas críticas e se engajava na campanha pela reconstitucionalização do país. Assim, em 1932, o jornal deixou entrever sua simpatia pela revolta paulista.

Com a convocação da Assembleia Nacional Constituinte em 1933, o *Jornal do Brasil* se engajou mais abertamente nas lutas políticas. O conde Pereira Carneiro ingressou no Partido Autonomista do Distrito Federal e se candidatou à Constituinte. O jornal passou então a ser um dos veículos de divulgação da plataforma autonomista.

No ano seguinte, o *Jornal do Brasil* apoiou a Constituição, basicamente porque esta trazia o país de volta à legalidade. O continuísmo de Vargas não foi entretanto inteiramente aceito. No decorrer de 1935, foi fundada a Rádio Jornal do Brasil.

A despeito da reorganização interna e das relações estáveis com o governo, o jornal não conseguira recuperar-se dos reveses sofridos no início da década, enfrentando desde essa época uma difícil situação financeira. Pereira Carneiro convidou então José Pires do Rio para o cargo de diretor-tesoureiro do jornal, com a função de reorganizar suas finanças.

A orientação “comercial” adotada por Pires do Rio logo provocou uma série de divergências internas. O autoritarismo e a política de contenção de despesas do novo diretor, segundo os depoimentos de Chermont de Brito e Martins Alonso, desagradaram a todos, chegando a gerar incidentes com o próprio Aníbal Freire, já de volta a seu antigo posto.

Para Pires do Rio, o *Jornal do Brasil* devia transformar-se num “boletim de anúncios”, deixando de lado as preocupações com os grandes temas políticos e abandonando o interesse tradicional pelas artes e pela literatura. A seu ver, os literatos do jornal deveriam ser gradativamente afastados.

Dessa forma, o *Jornal do Brasil* foi perdendo sua importância como órgão noticioso, voltando-se quase que exclusivamente para os anúncios classificados. Mantendo suas primeiras páginas inteiramente ocupadas por anúncios, o jornal recebeu nessa época o apelido pejorativo de “jornal das cozinheiras”.

Ainda assim, o *Jornal do Brasil* não se omitiu totalmente diante dos principais fatos políticos do momento. Dentro de uma perspectiva conservadora e católica, criticou os

movimentos de esquerda, como a Aliança Nacional Libertadora, e repudiou a Revolta Comunista de 1935. Por outro lado, ainda de acordo com sua posição antiextremista, viu com maus olhos o movimento integralista. Essa mesma posição explica a atitude do jornal diante da Lei de Segurança Nacional de 1935, vista como um instrumento eficiente para reprimir os extremistas de esquerda e de direita. Até mesmo o golpe que instaurou o Estado Novo (10/11/1937) foi considerado uma alternativa viável para resolver a crise política, embora o jornal tivesse apoiado a candidatura oposicionista de Armando de Sales Oliveira à presidência da República.

No decorrer do Estado Novo, o *Jornal do Brasil* adotou uma política de conciliação, mantendo relações cordiais com o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e demonstrando simpatia para com a legislação trabalhista e a política econômica de Vargas. A luta pela redemocratização, em 1945, viria porém colocar o jornal em oposição ao regime. Ainda assim, mesmo criticando as pretensões continuístas de Getúlio, o jornal não se engajou abertamente na campanha eleitoral para a presidência da República, limitando-se a demonstrar alguma simpatia pelo candidato oposicionista Eduardo Gomes em virtude das relações pessoais deste com Pires do Rio.

A deposição de Vargas e o curto governo de José Linhares — durante o qual Pires do Rio foi nomeado ministro da Fazenda — receberam todo o apoio do *Jornal do Brasil*. A vitória de Dutra e o início de seu governo também foram bem aceitos pelo jornal, que chegou a aplaudir diversas medidas, como o cancelamento do registro do Partido Comunista Brasileiro (1947).

Ao se aproximarem as eleições presidenciais de 1950, mais uma vez o *Jornal do Brasil* manteve uma posição discreta, demonstrando apenas alguma simpatia por Eduardo Gomes. A vitória de Vargas e a tese da maioria absoluta levantada pela União Democrática Nacional (UDN) com o objetivo de pôr em questão a posse do candidato eleito colocaram entretanto o jornal numa posição de franco apoio à legalidade. Em consonância com seu estilo moderado, o matutino não encampou as campanhas oposicionistas radicais de Carlos Lacerda.

Iniciado o segundo governo Vargas, o jornal discutiu sua política econômica anti-inflacionária. Em relação ao debate entre Horácio Lafer, ministro da Fazenda, e Ricardo Jafet, presidente do Banco do Brasil, o jornal apoiou a posição ortodoxa do primeiro, que

pregava o combate à inflação através da restrição do crédito. Na área trabalhista, o jornal fez restrições à atuação de João Goulart no Ministério do Trabalho sem contudo radicalizar suas críticas, temendo desagradar a seus leitores, que em sua grande maioria, segundo Martins Alonso, eram “gente do povo”.

A REFORMA (1953-1961)

Do ponto de vista interno do jornal, a década de 1950 iniciou-se com vários desafios. Ainda nos primeiros meses de 1950, morreu Pires do Rio. A seguir, Pereira Carneiro foi obrigado a se afastar por motivo de saúde, vindo a falecer em 1953. A viúva Maurina Dunshee de Abranches Pereira Carneiro assumiu então a direção do jornal.

O desaparecimento de Pires do Rio e de Pereira Carneiro abriu por outro lado um espaço para que ganhassem corpo as idéias de reformulação do *Jornal do Brasil*. A primeira providência nesse sentido foi tomada por Manuel Francisco do Nascimento Brito, genro do conde Pereira Carneiro, que adquiriu novo equipamento gráfico, fornecendo ao jornal as condições técnicas necessárias a uma fase de expansão.

As idéias de mudança eram contudo muito vagas, não existindo uma concepção clara do que deveria ser feito. Convencida de que ou o jornal mudava radicalmente ou não sobreviveria, a condessa Pereira Carneiro decidiu embarcar para os EUA à procura de idéias de alterações aplicáveis a seu periódico.

Durante essa fase de transição, o *Jornal do Brasil* manteve sua linha de discrição, não participando das campanhas radicais que envolviam o governo de Getúlio Vargas. O jornal condenou o atentado da Tonelero e reprovou o chamado “mar de lama”, mas não se pronunciou a favor do *impeachment* do presidente nem encampou as denúncias apaixonadas de Carlos Lacerda.

Com o suicídio de Vargas e a posse do vice-presidente João Café Filho, o *Jornal do Brasil* apoiou o novo governo, mas se absteve de participar da campanha eleitoral que se seguiu, mantendo-se igualmente distante das candidaturas de Juarez Távora e de Juscelino Kubitschek. Após as eleições, porém, o jornal se pronunciou pela legalidade, apoiando a posse de Juscelino contra a tese da maioria absoluta defendida por Carlos Lacerda. Já em 11 de novembro de 1955, quando o marechal Henrique Lott chefizou um movimento destinado a garantir a normalidade sucessória, o jornal se opôs à ação dos legalistas,

declarando que no seu entender não havia ameaça à ordem constitucional.

Em 1956, o *Jornal do Brasil* começou a sofrer algumas alterações. Surgiu nesse ano, criado por Reinaldo Jardim, o *Suplemento Dominical*, que começou misturando vários assuntos para depois se transformar num suplemento literário. Segundo Ferreira Gullar, o lançamento desse suplemento “estimulou a condessa a descobrir que era possível reformar o *JB* e transformá-lo num jornal de verdade”.

Com uma experiência já vitoriosa, a direção do jornal, composta então pela condessa Pereira Carneiro, M. F. Nascimento Brito e Aníbal Freire, decidiu convidar o jornalista Odilo Costa Filho para coordenar a reformulação do *Jornal do Brasil*. A primeira providência tomada por Odilo foi a organização de uma nova equipe composta de jornalistas jovens, egressos do *Diário Carioca* e da *Tribuna da Imprensa*, entre os quais se destacavam Jânio de Freitas, Carlos Castelo Branco, Carlos Lemos, Wilson Figueiredo, Amílcar de Castro, Hermano Alves, Lúcio Neves, Luís Lobo, Ferreira Gullar e José Carlos de Oliveira. Segundo Carlos Lemos, com a reunião desses profissionais, fundiram-se dois estilos: “a leveza, a graça e o charme do *Diário Carioca* e a agressividade da *Tribuna da Imprensa*”. Dessa fusão resultaria o novo estilo do *Jornal do Brasil*.

Com sua nova equipe, o jornal começou por ampliar seu noticiário e aumentar o número de páginas. Segundo Nascimento Brito, não havia contudo um plano preestabelecido para a implantação das mudanças: “Tudo era feito a duras penas, com muita relutância e fruto do trabalho coletivo da equipe.”

Em março de 1957, a primeira modificação substancial no aspecto do jornal se fez sentir com a publicação de uma fotografia na primeira página. Introduzida a título de experiência, a foto foi incorporada definitivamente, embora a primeira página continuasse ocupada basicamente por anúncios. Um segundo passo importante na reforma foi a organização da página de esportes por Carlos Lemos e Jânio de Freitas. Funcionando como um verdadeiro laboratório de experiências, essa página apresentou em primeira mão uma série de alterações, tanto na diagramação como no estilo das fotos e das matérias. Aí, por exemplo, foram pela primeira vez eliminados os fios que separavam as colunas de textos.

Paralelamente, à medida que o noticiário político ganhava destaque, a linha do jornal se definia com maior precisão. Embora mantivesse sua tradição de evitar o comprometimento partidário explícito, o *Jornal do Brasil* assumiu uma posição de crítica declarada ao

governo Kubitschek, acusando-o de corrupção e de responsável por desmandos na construção de Brasília.

O *Jornal do Brasil* condenava também a política econômica de Juscelino, chegando a defender as pressões do Fundo Monetário Internacional sobre o governo para que este contivesse a inflação. Nesse sentido, ainda, por ocasião dos debates entre Lucas Lopes, ministro da Fazenda, e Sebastião Pais de Almeida, presidente do Banco do Brasil, em torno da escolha de fórmulas adequadas de combate à inflação, a atitude do jornal foi de apoio ao ministro da Fazenda, que advogava uma política de austeridade. Defensor da livre iniciativa, o *Jornal do Brasil* demonstrou ainda não ver com simpatia a existência da Petrobras e do monopólio estatal. A atitude do jornal não foi porém sempre de crítica ao governo. Foram aplaudidas iniciativas como a obra de Celso Furtado no Nordeste, a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e a Operação Pan-Americana.

Em dezembro de 1958, um fato novo veio alterar a rotina interna do *Jornal do Brasil*. Odilo Costa Filho, juntamente com um grupo de jornalistas a ele ligado, retirou-se da redação. Até essa data, haviam sido dados alguns passos importantes para a transformação do matutino — a maioria deles, segundo Nascimento Brito, contra a vontade de Odilo. Entretanto, a primeira página ainda se mantinha muito presa à sua feição original. Em 1959, a primeira página foi radicalmente reestruturada, passando a ser ocupada pelo noticiário e reservando apenas uma pequena faixa para os antigos classificados. Em seguida, sob a orientação de Amílcar de Castro, concretizaram-se as principais modificações gráficas no corpo do jornal. Assim, em 1960, os classificados passaram a compor um caderno separado, o *Caderno C*. Ao mesmo tempo, surgiu o *Caderno B*, voltado sobretudo para as artes em geral, com destaque para o cinema e o teatro.

A GRANDE EMPRESA (1961-

Em 1961, com a entrada de Alberto Dines, a reformulação do *Jornal do Brasil* finalmente se consolidou. Segundo Nascimento Brito, foi Alberto Dines — editor do jornal de 1961 a 1973 — quem sistematizou as modificações, permitindo que se chegasse a uma verdadeira consciência do que foi chamado de “reforma do *Jornal do Brasil*”. Essa reforma fez de fato com que o jornal passasse a ocupar outra posição no seio da imprensa carioca,

ganhando uma nova estatura na formação da opinião política do país e estimulando a reestruturação gráfica dos demais periódicos. Apesar de tudo, porém, o *Jornal do Brasil* manteve os quatro atributos que sempre nortearam sua atuação, definindo-se como um órgão “católico, liberal-conservador, constitucional e defensor da iniciativa privada”.

Embora não se tivesse definido abertamente no momento das eleições de 1960, o jornal encarou com desapontamento o início do governo de Jânio Quadros. Respondendo ao discurso de posse de Jânio, que criticava duramente a política de Juscelino Kubitschek, declarou o jornal: “Poucas vezes em nossa história um chefe de Estado fez afirmativas tão pessimistas sobre a situação financeira do país. E não resta dúvida que o presidente tinha razão no que dizia respeito às finanças nacionais. Mas... o presidente Jânio Quadros não pintou um retrato preciso da República, tendo omitido toda e qualquer referência ao processo de desenvolvimento econômico brasileiro, que é real e não pode ser negado. O que é essencial, é que o Brasil não adote uma dessas políticas de austeridade sem liberdade que só servem para manter a chamada democracia das aparências. Do sr. Jânio Quadros queremos um governo excepcional, e não de exceção.”

O jornal criticou também a reforma cambial, que entre outras coisas eliminou o subsídio de alguns produtos básicos. Para o jornal, essa medida traria um encarecimento acentuado do custo de vida, muito além das possibilidades imediatas do povo brasileiro.

Essas críticas discretas a Jânio se exacerbaram a partir de 3 de junho de 1961, quando ocorreu o incidente da suspensão da Rádio Jornal do Brasil em consequência da divulgação da notícia de um pacto militar firmado entre Jânio e Arturo Frondizi, presidente da Argentina. As medidas tomadas a seguir pelo governo suscitaram protestos crescentes, culminando na condecoração do ministro cubano Ernesto “Che” Guevara, que foi severamente criticada pelo *Jornal do Brasil*.

Com a renúncia de Jânio, em agosto de 1961, colocou-se a questão da posse do vice-presidente João Goulart, inaugurando-se nova crise política. O jornal firmou posição em defesa da legalidade, passando a sofrer as consequências da censura imposta pelo governador do então estado da Guanabara, Carlos Lacerda, adversário político de Goulart. Em 29 de agosto de 1961, Lacerda chegou a censurar 90% das matérias do *Jornal do Brasil*, o que fez com que o jornal se negasse a circular e denunciasse tais procedimentos à Sociedade Interamericana de Imprensa.

Embora fosse tradicionalmente contrário ao regime parlamentarista, o jornal encampou a alternativa como uma solução para o impasse político em que se encontrava o país. Após a posse de Goulart, o jornal deu um crédito de confiança a seu governo, apoiando uma das principais questões encaminhadas pela nova administração: a política externa independente proposta pelo ministro das Relações Exteriores, Francisco de San Tiago Dantas. A esse respeito, advertia o *Jornal do Brasil*: “Os adversários dessa política exterior sustentada galhardamente pelo presidente João Goulart e pelo chanceler San Tiago Dantas são minoria. Trata-se, no entanto, de uma minoria poderosa, com ramificações no estrangeiro, que atua metodicamente, como se cumprisse as determinações de um comando central. Há uma verdadeira conspiração democrática de direita em todo o continente, ameaça tão grande quanto a do comunismo.”

A seguir, em 22 de janeiro de 1962, o jornal criticou as pressões do governo norte-americano na Conferência de Punta del Este, onde San Tiago Dantas defendia o princípio da não intervenção em Cuba.

Também em relação às reformas de base, o *Jornal do Brasil* demonstrou uma atitude positiva. De acordo com o depoimento de Luís Alberto Bahia, a reforma agrária, sobretudo, recebeu grande atenção do jornal. Mesmo sendo contrário a modificações radicais e se opondo a expropriações que ferissem os interesses dos proprietários, o jornal reconhecia necessidade de se encontrar uma solução para reformar o sistema fundiário improdutivo e antieconômico em vigor no país. Voltando sua preocupação para o Nordeste, o jornal reconhecia que grande quantidade de recurso público destinado a beneficiar a região havia sido desviada para beneficiar os senhores da terra, que tinham suas propriedades ao redor de açudes e outras obras públicas. Entendia ainda que a reforma agrária não deveria restringir-se à mudança do regime de propriedade, mas também estender a legislação trabalhista ao trabalhador rural.

Se, de um lado, o *Jornal do Brasil* assumia posições progressistas no nível político, de outro, mantinha concepções ortodoxas e monetaristas em termos de política econômica. Advogando medidas de austeridade para combater a inflação, o jornal apoiava as prescrições do Fundo Monetário Internacional.

A indicação de San Tiago Dantas para o cargo de primeiro-ministro foi bem aceita pelo *Jornal do Brasil*, que entreviu aí a possibilidade de um governo de união nacional. A recusa

do Congresso veio contudo desapontar o jornal, ao mesmo tempo em que aguçava a crise política adiada com a implantação do parlamentarismo. A convocação do plebiscito (6/1/1963) que decidiria sobre a volta ou não ao regime presidencialista recebeu integral apoio do *Jornal do Brasil*.

Restaurado o presidencialismo e organizado o novo ministério, foi estabelecido como objetivo prioritário do governo encontrar uma fórmula que conciliasse a continuidade do desenvolvimento do país com um programa anti-inflacionário. Goulart decidiu então pôr em prática o Plano Trienal elaborado por Celso Furtado. Ainda nesse momento, o *Jornal do Brasil* deu apoio ao governo, mostrando-se favorável ao plano.

Entretanto, a política anti-inflacionária gerava intensa oposição nos meios operários, o que criava embaraços à sua execução. A falência do Plano Trienal e a maior inclinação do governo para a esquerda veio provocar a ruptura definitiva do *Jornal do Brasil* com Goulart.

O jornal repudiou a Revolta dos Sargentos, o Comício da Central e a Revolta dos Marinheiros. Acreditando que a continuidade democrática se encontrava ameaçada, passou a apoiar uma intervenção militar como solução de emergência para a crise: “O estado de direito submergiu no Brasil. Estamos vivendo uma situação de fato, onde não existem figuras constitucionais, só restam como válidos aqueles que detêm o poder de agir para restabelecer o estado de direito. Ou permitirão que o país se estilhace numa guerra civil?”

Ainda defendendo os militares, afirmava o *Jornal do Brasil*: “Ousam eles acusar de rebeldia o governador mineiro, líder do movimento de restauração da legalidade com liberdade. Ousam eles, agora, os responsáveis pela subversão comandada de cima, pela comunização do Brasil, acusar os democratas que se levantam em todo o país, de propósitos de desordem e vontade de ferir a Constituição. A legalidade está conosco. Estamos lutando por ela e vamos restabelecê-la. O Congresso está chamando a dizer quem substituirá o caudilho até as eleições de 1965, que assegurarão a continuidade do regime. A legalidade está conosco e não com o caudilho aliado do comunismo.”

Em relação às primeiras medidas do governo militar instalado em 31 de março de 1964, o *Jornal do Brasil* fez algumas restrições, recebendo com reservas o Ato Institucional nº 1 e algumas cassações. Segundo suas palavras, “a Revolução pelo seu lado militar não pode se colocar a serviço do facciosismo local, ávido de poder, em burla da vontade do eleitorado.

A Revolução não pode nem deve ser facciosa e hipócrita”.

No entanto, o jornal deu absoluto apoio à indicação do general Humberto de Alencar Castelo Branco para a presidência da República, alegando que o país precisava de um Executivo forte, que exercesse uma real autoridade. Em seguida, apoiou o próprio governo Castelo Branco, principalmente na área econômica, aplaudindo a atuação de Otávio Gouveia de Bulhões e de Roberto Campos nos ministérios da Fazenda e do Planejamento. Na esfera política, viu com algumas reservas as cassações do ex-presidente Juscelino Kubitschek e do governador deposto de Goiás, Mauro Borges. Apoiou contudo outras medidas, como o prolongamento do mandato presidencial até 1967 e a Constituição de 1967. As boas relações com o governo central manifestaram-se ainda no franco apoio que o jornal deu nas eleições de 1965 à candidatura udenista de Carlos Flexa Ribeiro ao governo do estado da Guanabara.

Na opinião de Luís Alberto Bahia, a falência do governo João Goulart e o descrédito em que caíram os valores liberais tornaram corrente a crença de que a concentração dos poderes nas mãos do Executivo e a limitação das atribuições do Congresso representavam um fator de modernização da sociedade brasileira. O jornal teria justamente encampado essa visão de uma “democracia moderna”, conciliando assim sua linha tradicional com a nova situação, abandonando os valores liberais em nome de uma opção tecnocrática.

À medida que se aproximava o fim do governo Castelo Branco e se iniciavam as articulações visando à sucessão presidencial, o *Jornal do Brasil* se mostrou contrário à candidatura do ministro do Exército, o general Artur da Costa e Silva. O jornal considerava Costa e Silva incapaz de conduzir e manipular as lutas entre as diferentes facções, de maneira a impedir o endurecimento do regime. De fato, sob Costa e Silva foi promulgado o Ato Institucional nº 5, ao qual o jornal votou total repúdio. Nesse período, suas críticas voltavam-se contra o governo, não atingindo porém o próprio regime militar.

Com a morte de Costa e Silva e a ascensão do general Emílio Garrastazu Médici, o jornal voltou a apoiar o governo. Nesse momento, segundo Luís Alberto Bahia, o regime militar já não invocava tanto a ameaça comunista e a desordem financeira como justificativas para sua manutenção. A nova doutrina se baseava em projetos de desenvolvimento e na idéia da grandeza nacional. Aceitando essa perspectiva, o *Jornal do Brasil* apoiava a política econômica e financeira do ministro da Fazenda Antônio Delfim Neto.

Na esfera política, entretanto, a despeito das pressões e da censura constante, o jornal mantinha uma posição menos comprometida. De acordo com Luís Alberto Bahia, mesmo nos momentos de mais intensa repressão, foram mantidas “certas janelas de oposição forte ao regime. Essa era uma forma de [o jornal] manifestar sua fidelidade às suas origens liberais. Sob o constrangimento e a coação de um regime todo-poderoso, o *Jornal do Brasil* preservou certas brechas através das colunas assinadas de Alceu Amoroso Lima (que usava o pseudônimo de Tristão de Ataíde) e Carlos Castelo Branco, por onde podiam ser veiculadas críticas, ainda que a linha editorial do jornal fosse de apoio”.

Com o início do governo de Ernesto Geisel, em 1974, o jornal passou a apresentar sérias divergências com a situação. É bem verdade que o próprio clima de maior abertura política então instalado permitiu essas manifestações. Uma das principais críticas do jornal referia-se ao estilo de governo do presidente, que concentrava em suas mãos o processo decisório, reduzindo sensivelmente a capacidade de pressão do empresariado. Além disso, Geisel estava tradicionalmente comprometido com a estatização, e era considerado um inimigo potencial do regime de mercado. Defensor da iniciativa privada, o *Jornal do Brasil* moveria campanhas contínuas contra as medidas estatizantes, e criticaria até mesmo o atraso com que foram implantados os “contratos de risco”, que permitiram às empresas petrolíferas estrangeiras a prospecção de petróleo no Brasil. O acordo nuclear com a Alemanha recebeu críticas do jornal.

Segundo os depoimentos de Carlos Lemos e Lywall Sales, o *Jornal do Brasil* teria sofrido nessa época um intenso boicote econômico devido às suas posições. A discriminação teria sido mais acentuada na área das telecomunicações, tendo o governo negado à empresa a concessão de canais de rádio em frequência modulada em várias cidades. O *Jornal do Brasil* viu-se assim forçado a comprar esses canais. A concessão de um canal de televisão foi igualmente problemática. Diante da insegurança trazida pela ausência de uma legislação específica, o jornal preferiu devolver o canal que havia obtido.

Marieta de Moraes Ferreira

O JB E A ABERTURA POLÍTICA

No decorrer do processo de abertura política, iniciado ainda no governo Geisel, o *Jornal do Brasil* posicionou-se a favor das medidas liberalizantes que visavam a retirar de

cena o autoritarismo, mantendo-se na oposição possível ao regime militar. Nesse contexto, em abril de 1977, quando foi decretado um recesso de duas semanas do Congresso Nacional, para a edição pelo Executivo de uma série de medidas que visavam a conter o avanço eleitoral do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), conhecidas com “pacote de Abril”, o *JB* afirmou que com esta decisão o governo havia rompido os “frágeis vínculos que ainda prendiam o país à normalidade institucional”. Mesmo assinalando seu descontentamento com a volta de uma política arbitrária, o jornalista Carlos Castelo Branco notou que o constrangimento revelado pelo presidente Ernesto Geisel durante a apresentação dessas medidas em cadeia nacional de rádio e televisão contrastava com a maneira impessoal com que fora anunciado o Ato Institucional nº 5, caracterizando a presença de uma conjuntura política menos adequada a atitudes ditatoriais.

No encerramento do mandato presidencial do general Geisel, o *Jornal do Brasil* considerou seu legado bastante positivo, já que teriam sido alcançados os objetivos assumidos quando de sua posse. Segundo o jornal, o país estava “a caminho do restabelecimento do Estado de direito e em condições de reconstruir um padrão democrático”.

Por sua vez, a posse do general Figueiredo, em março de 1979, foi vista como um momento de suma importância na definição dos rumos da política de abertura. O *JB* elogiou as linhas gerais do discurso feito por Figueiredo ao assumir a presidência da República, especialmente seu compromisso de devolver ao país uma sociedade livre e democrática, demonstrando assim um elo de continuidade em relação a seu antecessor. Por outro lado, o jornal enfatizou a enorme distância ainda existente entre “o regime e a nação”, e propôs medidas para corrigir o problema, que deveriam passar pela harmonia e independência entre os poderes, o fortalecimento da Federação e o compromisso com a “utilização dos meios legais existentes” para manter a segurança das instituições.

Em agosto de 1979, quando o Congresso aprovou o projeto de anistia, permitindo o retorno dos exilados, a libertação dos presos políticos e a livre circulação daqueles que se mantinham na clandestinidade, o *Jornal do Brasil* afirmou que o governo do general Figueiredo assinalava um notável progresso no sentido da abertura democrática, ainda mais quando “devolvia à vida pública os principais adversários do regime militar, sem exclusão do sr. Luís Carlos Prestes, do ilegal Partido Comunista”. Destacou também a importância da campanha pela anistia, que contribuiu para esclarecer o presidente acerca da

impraticabilidade da simples revisão dos processos de crimes políticos, uma vez que a maioria das pessoas que seriam favorecidas “não haviam sido punidas na base de processos, mas por simples atos de arbítrio”.

Em 1981, o *Jornal do Brasil* denunciou a farsa divulgada na apuração de um atentado terrorista ocorrido no centro de convenções Riocentro, durante um show em comemoração do dia do trabalho, na véspera do dia 1º de maio. Segundo a versão oficial, a autoria do ato caberia a um grupo da esquerda armada, o que poderia impedir a continuidade do processo de abertura política. Uma equipe de repórteres do *JB*, no entanto, se empenhou em desvendar as contradições contidas do Inquérito Policial Militar (IPM) que tratava do caso, demonstrando ponto a ponto sua impropriedade ao afirmar que terroristas de esquerda teriam colocado no carro do capitão Wilson Luís Machado uma bolsa contendo explosivos. No dia seguinte à divulgação do relatório do IPM relativo ao caso Riocentro, o comentarista político Vilas Boas Correia escreveu que se tratava de um documento constrangedor, dada a sua “fragilidade de porcelana”. Pelas reportagens publicadas acerca do acontecimento, o *Jornal do Brasil* recebeu o Prêmio Esso de Jornalismo.

Na eleição para o governo do estado do Rio de Janeiro realizada em novembro de 1982 — a primeira a contar com o voto popular desde o estabelecimento do regime militar em abril de 1964 — o *Jornal do Brasil* também desempenhou um papel relevante. O periódico descobriu a existência de um esquema fraudulento visando a beneficiar o candidato Wellington Moreira Franco, que disputava o pleito pelo Partido Democrático Social (PDS), legenda que sucedera a Aliança Renovadora Nacional (Arena) no apoio ao regime militar após a extinção do bipartidarismo em novembro de 1979.

De acordo com o jornalista Léo Schlafman, devido a uma circunstância casual, originada pelo colapso no sistema de computação do jornal, os repórteres que cobriam a apuração dos votos daquela eleição foram obrigados a utilizar os resultados fornecidos pela Rádio Jornal do Brasil. À medida que os votos iam sendo contabilizados verificou-se uma significativa diferença entre os resultados colocados pela rádio e os números oficiais fornecidos pela Proconsult. A partir daí o jornal descobriu a existência de uma operação que, através dos computadores da Proconsult, retirava os votos do candidato opositor Leonel Brizola, do Partido Democrático Trabalhista (PDT), transferindo-os para Moreira Franco. Apesar das pressões sofridas durante a apuração da fraude, o *JB* ainda conseguiu desvendar um

esquema chamado “diferencial delta” que fazia com que os votos em branco crescessem absurdamente, passando de 8% para 20%.

O *JB* E AS “DIRETAS JÁ”

Nos primeiros meses de 1984 os partidos de oposição ao regime militar desencadearam uma série de mobilizações populares visando à aprovação pelo Congresso Nacional da emenda Dante de Oliveira, que propunha eleições diretas para presidente da República em novembro daquele ano, num movimento que ficou conhecido como a campanha das Diretas Já. Diante desses acontecimentos, o *Jornal do Brasil* assumiu uma postura bastante moderada, tendo criticado veementemente a proposta surgida entre os segmentos mais radicais do movimento de realização de uma greve geral em 25 de abril, data prevista para a votação da emenda na Câmara dos Deputados. Para o jornal, atitudes como essa demonstravam uma grande dose de intolerância, que em nada iria colaborar para a consolidação da normalidade política.

Mesmo sem se definir claramente a favor das Diretas Já, o *Jornal do Brasil* condenou as medidas de exceção impostas pelo governo com o objetivo de “preservar a segurança da capital federal”, que naquele momento recebia uma enorme quantidade de pessoas interessadas em acompanhar de perto os desdobramentos da votação da “emenda Dante” na Câmara. Incluindo a censura aos meios de comunicação e o cerco militar à cidade de Brasília, essas medidas desagradaram ao jornal, que as considerou um retrocesso ao “período sombrio” do regime militar, que “todos supúnhamos encerrado”.

Às vésperas da eleição indireta para presidente da República, em 15 de janeiro de 1985, o *Jornal do Brasil* publicou vários editoriais criticando a exigência de “fidelidade partidária” feita pelo PDS aos deputados e senadores do partido que iriam participar do Colégio Eleitoral, o que significava cobrar deles o voto em Paulo Maluf. Naquele momento, a candidatura Maluf estava ameaçada pelo surgimento de uma dissidência no partido situacionista conhecida como Frente Liberal, que se aliara ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) com o objetivo de sustentar a candidatura do oposicionista Tancredo Neves. Demonstrando uma mudança em sua linha editorial, até então pouco afeita a uma intervenção mais direta no debate acerca da transição democrática, o *JB* demonstrou claramente seu apoio ao candidato Tancredo, entendendo que seu nome

representava um consenso nacional, não havendo outro que pudesse sobrepujá-lo como sucessor ideal do general Figueiredo.

O GOVERNO SARNEY E A CONSTITUIÇÃO DE 1988

Em fevereiro de 1986, devido ao quadro de instabilidade econômica que se prolongou durante seu primeiro ano de governo, o presidente José Sarney baixou um conjunto de medidas com o objetivo de controlar a inflação que incluía o congelamento de preços e salários, a extinção da correção monetária e uma reforma monetária que cortou três zeros do cruzeiro e o substituiu pelo cruzado. Essas medidas, que ficaram conhecidas como Plano Cruzado, foram vistas pelo *Jornal do Brasil* como o ato inaugural do governo Sarney, que até então se havia mostrado hesitante para resolver os problemas mais urgentes do país. Na avaliação do jornal, entretanto, o sucesso do Plano Cruzado dependeria da capacidade do governo de “olhar para dentro de suas fronteiras”, uma vez que, “se o déficit público não for atacado a fundo e se for reduzido apenas por artifícios financeiros, cedo a sociedade perceberá que o impacto das mudanças foi apenas superficial”.

Embora tenha apoiado o plano de estabilização da economia — tratando-o como “um golpe direto, duro e fundo contra a inflação” —, o *JB* considerou temerosa a convocação feita pelo presidente Sarney para que o povo fiscalizasse os aumentos indevidos de preços após o congelamento determinado pelos dispositivos legais. Na edição de 1º de março, o jornal registrou uma série de ações violentas contra as remarcações, que incluíam depredações e saques a lanchonetes e supermercados no centro do Rio de Janeiro, reforçando assim suas críticas anteriores. Conforme observou o jornalista Carlos Castelo Branco, ao buscar sua legitimidade diretamente no anseio popular, o presidente estava se colocando acima dos partidos e das instituições. Ainda de acordo com o titular da “Coluna do Castelo”, beneficiado pela enérgica ação de controle da inflação, Sarney começava a “remeter para a prateleira das coisas velhas” idéias como a redução de seu mandato e a consequente antecipação das eleições diretas para presidente da República.

No decorrer dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte (ANC), instalada em 1º de fevereiro de 1987, o *Jornal do Brasil* mostrou-se favorável à implementação do parlamentarismo como sistema de governo e foi contrário aos cinco anos de mandato para o presidente Sarney. Essas opções teriam custado caro ao *Jornal do Brasil*: de acordo com

Léo Schlafman, o jornal passou a sofrer fortes pressões econômicas por parte do governo Sarney, que, em represália, ordenou ao Ministério da Fazenda que fizesse uma devassa fiscal em todas as empresas do grupo, deixando sérias marcas em suas finanças.

Promulgada a Constituição em 5 de outubro de 1988, o *JB* considerou-a impregnada de utopia e demagogia em doses elevadas. Na opinião do jornal, com essas características o novo ordenamento jurídico não se destinava a durar muito tempo sem alterações que o recolocassem próximo à realidade.

O GOVERNO COLLOR

O *Jornal do Brasil* tratou com otimismo a posse de Fernando Collor, que, de seu ponto de vista, encerrava um período conturbado da história recente do país, marcado por uma década de inflação crônica. No entanto, segundo o periódico, o sucesso do novo presidente da República estaria associado à sua capacidade de reformar o Estado brasileiro, tornando-o mais ágil e mais capacitado a enfrentar os problemas sociais. Para conseguir esses objetivos, acreditava o *JB*, não poderiam continuar vigorando os subsídios, os incentivos e a proteção estatal a determinados segmentos empresariais.

Na apresentação do Plano Collor — que recolocou o cruzeiro na condição de moeda nacional, em substituição ao cruzado; reintroduziu o tabelamento de preços; e limitou os saques da caderneta de poupança, *overnight* e contas correntes ao valor de 50 mil cruzeiros, ficando o restante retido no Banco Central pelo prazo de 18 meses — o *Jornal do Brasil* tomou partido a favor do presidente, reiterando seu ponto de vista acerca da eficácia dessas medidas, que visavam sobretudo ao controle dos índices inflacionários. No decorrer do primeiro ano do mandato de Fernando Collor, o *JB* manteve o apoio a todas as suas iniciativas, especialmente nos assuntos relacionados à agenda econômica, com destaque para o programa de desestatização.

Ao se completarem dois anos de governo Collor, a edição do *Jornal do Brasil* de 15 de março de 1992 manteve a mesma avaliação favorável que havia feito no início de sua administração. Elogiou a “eficiência ortodoxa” do novo ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, a maneira pela qual o presidente vinha tratando o Congresso Nacional — fazendo-o “sócio das grandes decisões nacionais” —, e o ambiente de liberdade que favorecia um amplo debate em torno das principais questões de interesse do país,

consideradas pelo jornal naquele momento como sendo a quebra dos monopólios e a privatização das empresas estatais.

Para concluir o balanço acerca da primeira metade do mandato de Fernando Collor o *Jornal do Brasil* enfatizou que pela primeira vez um governo enfrentava “com postura democrática as denúncias de corrupção contra membros do Executivo”. Frisou ainda que “foi do governo a iniciativa de levar até as últimas consequências a devassa dos atos de corrupção”, sendo que em todos os ministérios e órgão públicos em que houve qualquer tipo de suspeitas dessa natureza ocorreram investigações e punições severas. “Na área da Previdência Social, altos funcionários foram indiciados e presos. No Ministério da Saúde, assessores do ministro Alcení Guerra estão presos. Na Legião Brasileira de Assistência (LBA), que toca pessoalmente o presidente Collor, houve demissões, afastamento e impedimento de exercício de novos cargos públicos”, disse literalmente o jornal.

Após a publicação pela revista *Veja* (13/5/1992) de um dossiê apresentado pelo irmão do presidente da República, o empresário Pedro Collor, contendo denúncias acerca da existência de um esquema de corrupção e tráfico de influência montado no interior do governo e liderado por Paulo César Farias — ex-tesoureiro da campanha presidencial de Fernando Collor —, o *Jornal do Brasil* tratou o assunto sem dar-lhe maior crédito, sempre demonstrando seu apoio ao governo. Em 19 de maio de 1992, no editorial “Em nome da verdade”, o *JB* inclusive condenou a atitude de Pedro Collor afirmando que nada poderia ter sido mais prejudicial à estabilidade política do país, que começava a ser alcançada após a reforma ministerial realizada nos primeiros meses daquele ano.

Ainda no mês de maio, após solicitação encaminhada por parlamentares do Partido dos Trabalhadores (PT), foi instaurada na Câmara dos Deputados uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar as denúncias de Pedro Collor. Tendo iniciado as suas atividades em 3 de junho, sob a presidência do deputado Benito Gama (PFL-BA), a “CPI do PC” foi vista pelo jornalista Etevaldo Dias (editor executivo da sucursal do *Jornal do Brasil* em Brasília e posteriormente porta-voz do governo Collor), como mais uma daquelas que “geralmente não levam a nada”.

No andamento dos trabalhos investigativos da comissão, o jornal manteve-se favorável a Fernando Collor, defendendo o presidente do que considerou acusações feitas a partir do mais puro sensacionalismo. Durante o mês de junho, mesmo após os primeiros

depoimentos que começaram a revelar a extensão do chamado “esquema PC”, o *Jornal do Brasil* manteve a sua linha editorial e afirmou, na edição do dia 17: “O verdadeiro objetivo desse alvoroço é tornar o presidente refém de uma operação política para suprimir a modernidade em andamento.”

Na cobertura dos comícios pró-*impeachment* de Collor, que se intensificaram a partir de agosto de 1992, o *Jornal do Brasil* considerou ultrapassadas as principais bandeiras levantadas pela oposição em suas diversas mobilizações. No entendimento do jornal, o que estaria sendo proposto como alternativa ao governo Collor nada mais era do que a repetição dos erros cometidos no passado, quando se postergou a atualização da economia brasileira e sua capacidade de atuação em um mercado internacional competitivo, em nome do nacionalismo e da estatização.

Na edição dominical de 27 de setembro de 1992, antevéspera da votação pela Câmara dos Deputados do pedido de afastamento do presidente da República, entretanto, o *JB* trouxe como manchete principal o resultado de uma pesquisa do Instituto Gallup em que Fernando Collor era rejeitado por 81% da população, delineando assim sua adesão ao processo de *impeachment*.

Esse posicionamento seria consolidado no editorial “Razões para o sim”, publicado no dia 29 de setembro, data em que a Câmara decidiria o destino do “caçador de marajás”. Justificando o apoio até então dispensado ao governo Collor, o *Jornal do Brasil* se disse partidário do ideário social-liberal que orientava suas decisões. Contudo, na opinião do jornal, muito embora o presidente tivesse empunhado “as bandeiras corretas da livre empresa, da liberdade de comércio exterior, da competitividade e do abandono das muletas do protecionismo”, seu mandato ficara comprometido no momento em que ele não honrou seu compromisso de “regenerar a vida política brasileira, marcada pela corrupção, pelo clientelismo e pela impunidade”. Dessa maneira, o tradicional órgão da imprensa carioca fez um apelo para que os parlamentares se mostrassem sensíveis ao “sentimento geral do povo brasileiro” e votassem pela admissibilidade do *impeachment*.

O *Jornal do Brasil* parabenizou a decisão do Congresso, que aprovou o afastamento do presidente com 105 votos a mais que os 336 necessários, no editorial de 30 de setembro de 1992, considerando que dessa forma a instituição legislativa se redimia da derrota imposta à emenda Dante de Oliveira, em abril de 1984. Ainda nessa edição, o periódico fez um

retrospecto altamente negativo da “era Collor”. Em matéria intitulada “A ascensão e queda de Indiana Jones”, os dois anos e meio de seu governo foram descritos como uma brincadeira de *marketing* que, entre outros desacertos, não foi capaz de acabar com os altos índices inflacionários, agravando ainda mais a situação com o crescimento da taxa de desemprego e a redução do Produto Interno Bruto (PIB). Para finalizar, o jornal afirmou que o governo Collor foi marcado por uma onda de escândalos, que tiveram início com a descoberta da compra superfaturada de cestas básicas pela Legião Brasileira de Assistência (LBA), em fevereiro de 1991.

DE ITAMAR FRANCO AO REAL: APOIO ÀS REFORMAS

A cobertura do *Jornal do Brasil* em relação à posse do governo Itamar Franco, que assumiu provisoriamente a presidência em 2 de outubro de 1992, chamou a atenção para as disputas políticas que cercaram a formação de seu ministério, dividindo o bloco que se havia formado nos meses anteriores com a intenção de viabilizar o *impeachment*. Nessa conjuntura, a escolha de Gustavo Krause para o Ministério da Fazenda foi vista pelo *JB* como um indício do estilo Itamar, que, ao optar por um nome pouco conhecido do meio empresarial, estaria se afirmando diante das demais forças políticas, demonstrando assim um estilo personalista de governar.

Por outro lado, quando da posse definitiva de Itamar Franco — ocorrida após Fernando Collor ter renunciado ao mandato, pouco antes do início da votação do *impeachment* pelo Senado, em 29 de dezembro de 1992 —, o *Jornal do Brasil* elogiou a marca de austeridade imposta pelo novo presidente da República, que, de maneira inédita na história republicana, entregara sua declaração de bens durante a cerimônia de efetivação no cargo. O jornal afirmou ainda que Itamar trocara o discurso neoliberal de seu antecessor por outro com maior ênfase nas questões sociais, e decidira implantar um parlamentarismo informal, convocando 12 parlamentares para seu ministério.

Nos primeiros dias de outubro de 1993, o *Jornal do Brasil* destacou o início da revisão constitucional, que teve início após o Supremo Tribunal Federal (STF) ter derrubado por oito votos a um a liminar concedida pelo ministro Marco Antônio de Melo, que acatava um mandado de segurança impetrado pelos partidos de oposição contrário ao início dos trabalhos revisionais. Nesse contexto, a escolha do deputado Néelson Jobim (PMDB-RS)

para relator da revisão foi muito bem recebida pelo jornal, que o considerou um nome muito mais competente que seu antecessor, Bernardo Cabral, que desempenhara esta função durante a constituinte de 1987-1988.

No entanto, devido às declarações feitas pelo economista e ex-funcionário do Senado José Carlos Alves dos Santos — após ter sido preso sob a acusação de ter assassinado a esposa — acerca de irregularidades envolvendo a Comissão Mista do Orçamento do Congresso Nacional, colocando sob suspeita diversos parlamentares que exerciam mandato naquela legislatura, a revisão constitucional se viu sob ameaça de esvaziamento. Mesmo assim, o *Jornal do Brasil* manteve sua posição e considerou perfeitamente possível que a instalação de uma CPI para apurar tais acusações pudesse conviver com o prosseguimento da revisão, o que na prática mostrou-se inviável.

Somente após a aprovação do relatório final da CPI do Orçamento, em 21 de janeiro de 1994, os parlamentares recolocaram em pauta a revisão constitucional, que deveria acelerar seus trabalhos no início de fevereiro. Porém a morosidade que marcou sua retomada tornou a emperrá-la logo nos primeiros dias. Nesse contexto, o *Jornal do Brasil* criticou o desinteresse dos parlamentares governistas, que deixaram de aprovar as mudanças que considerava fundamentais para afastar definitivamente o perigo da inflação. Os partidos de oposição, que procuraram obstruir as votações das emendas constitucionais, por sua vez, foram tratados pelo *JB* como avessos à discussão democrática e aprisionados aos velhos interesses corporativistas.

Fracassada a revisão constitucional, a atenção do *JB* voltou-se para o andamento do plano de estabilização econômica elaborado pela equipe do ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso. Nesse sentido, a aprovação do Fundo Social de Emergência (FSE), em 23 de fevereiro de 1994, foi muito bem recebida pelo jornal, cuja opinião, ao contrário das emitidas quando de intervenções econômicas anteriores, indicava uma possibilidade de ajuste no déficit orçamentário antes da introdução de uma nova moeda, o que representaria um “amadurecimento político no processo de formulação e adoção do planejamento econômico”.

Quando da criação da Unidade Referencial de Valor (URV), em 28 de fevereiro, o *Jornal do Brasil* apresentou um editorial afirmando estar absolutamente “à vontade para saudar entusiasticamente um programa que anuncia um ataque simultâneo tanto às causas

estruturais quanto às culturais do processo inflacionário”. Analisando as consequências políticas desse novo estágio do plano de estabilização econômica, o jornalista Marcelo Pontes escreveu que o discurso de apresentação da URV feito pelo ministro da Fazenda indicava o início de um novo governo, o governo de Fernando Henrique Cardoso, que, de fato, seria pouco depois lançado candidato à presidência pela coligação PSDB-PFL.

Em 1º de julho de 1994, data de implantação do real como moeda corrente, o *JB* destacou a maneira adequada como a estabilização econômica vinha sendo conduzida, com um esforço prévio de redução dos gastos públicos e alcance da “verdade orçamentária”. O jornal ressaltou que naquela data o país deixava para trás 30 anos de indexação e 15 de descontrole inflacionário, alcançando assim um prestígio até então inédito entre os investidores internacionais.

Na reta final da campanha presidencial de 1994, uma conversa informal entre o então ministro da fazenda Rubens Ricupero e o jornalista Carlos Monforte, da Rede Globo de Televisão, minutos antes de uma entrevista que iria ao ar no *Jornal da Globo*, foi captada através de antenas parabólicas por um conjunto de telespectadores, que puderam assistir a uma inesperada declaração do ministro dizendo não ter escrúpulos em divulgar apenas o lado positivo do plano de estabilização da economia e esconder suas falhas. Conhecido como a “crise da parabólica”, o fato foi explorado pelos concorrentes de Fernando Henrique Cardoso, que tentaram mostrar para a opinião pública aquilo que consideravam a utilização eleitoreira da “máquina” do governo Itamar Franco a favor de seu candidato. Para o *Jornal do Brasil*, entretanto, as declarações de Luís Inácio Lula da Silva e Leonel Brizola a respeito mostravam apenas que eles “só pensam em votos, em reverter a baixa popularidade e a elevada rejeição que os atormenta”. Em defesa da legitimidade da candidatura Fernando Henrique, acusado de oportunista por seus adversários, o jornal ressaltou que, ao contrário do que diziam os políticos que “se auto-intitulam pedantemente de esquerda”, o PSDB “apostou historicamente no sentimento brasileiro contra a inflação”, sendo uma “ignomínia” considerar seu candidato como o candidato do governo, quando na verdade ele “é o preferido pela crescente intenção de votos dos eleitores”.

Para evitar maiores suspeitas sobre seu envolvimento no processo eleitoral, Itamar Franco substituiu o ministro Rubens Ricupero pelo então governador do Ceará, Ciro Gomes. Essa troca foi elogiada pelo *Jornal do Brasil* que, embora defendesse a honradez de Ricupero,

ênfatiou a perspicácia política do presidente da República em evitar que determinados rumores pudessem contribuir para o fracasso do Plano Real. A entrada de Ciro Gomes no Ministério da Fazenda, nas palavras do jornal, trazia para o centro decisório da economia um nome que possuía “luz própria”, capaz de “ocupar a cena com mais volume e intensidade que um técnico”.

Na edição de 11 de setembro de 1994, o *Jornal do Brasil* divulgou uma pesquisa de opinião realizada pelo Instituto Vox Populi dando conta que as denúncias produzidas durante a “crise da parabólica” não afetaram a campanha de Fernando Henrique. Interpretando os números da sondagem, o jornal afirmou que a estabilização econômica introduzida pelo Plano Real se havia transformado em um “desejo monolítico da maioria do eleitorado brasileiro”. A pesquisa trazia ainda a notícia do aumento no índice de rejeição ao candidato do PT, que passava a contar com 25% de eleitores, considerando-o o “pior candidato” ao cargo de presidente nas eleições de 3 de outubro. Dois dias depois, no editorial “Prova de fogo”, o *JB* deixava nítida sua opinião acerca do processo eleitoral ao afirmar: “A viabilização do Real é a única saída para o Brasil readquirir credibilidade internacional de modo a atrair novamente a poupança externa e assegurar o crescimento sustentado da economia.”

A menos de 15 dias das eleições, o jornalista Marcelo Pontes, corroborando a opinião predominante no jornal sobre a inevitabilidade da vitória de Fernando Henrique Cardoso ainda no primeiro turno, escreveu que, mesmo após todos os problemas ocorridos na campanha do candidato tucano — em que se somaram às acusações de favorecimento e uso da máquina pública pelos ministros Ricupero e Alexis Stepanenko (Planejamento) as denúncias sobre o uso da gráfica do Senado para imprimir material de seu candidato a vice-presidente, Marco Maciel —, a corrida eleitoral se havia estabilizado em favor de seu nome.

No dia seguinte ao pleito presidencial de 3 de outubro, o *Jornal do Brasil* destacou em sua primeira página que “Cardoso deve vencer no primeiro turno com vantagem de quatro milhões de votos”, enfatizando que naquele momento a “geração dos exilados” chegava ao poder. Fazendo um balanço daquela que foi a maior eleição já realizada no Brasil em todos os tempos — pois além do presidente da República foram também eleitos governadores de estado, senadores, deputados federais e estaduais —, o *JB* considerou-a a de maior lisura já

acontecida no país, tendo o presidente Itamar Franco contribuído para isso, uma vez que “soube preservar de qualquer suspeita o exercício do cargo e confirmar mediante atos a isenção do governo, com o esclarecimento até mesmo de denúncias infundadas, que são usuais em campanhas eleitorais”.

A posse de Fernando Henrique Cardoso, em 1º de janeiro de 1995, foi vista com grande entusiasmo pelo *Jornal do Brasil*. Na opinião da jornalista Dora Kramer, o novo presidente representava a chegada ao poder de uma “geração comprometida com o projeto de uma sociedade mais justa”, capaz de reformar os princípios da administração pública, tornando o Estado brasileiro mais eficiente e menos suscetível aos apelos da política de clientela. Para o *JB*, as condições políticas que se apresentavam no momento em que se iniciava o governo Fernando Henrique Cardoso eram excepcionais. “Nenhum outro chefe da nação contou antes no Brasil com soma de circunstâncias tão favoráveis ao exercício do poder”, afirmava o editorial “O despertar do futuro” (1/1/1995). O editorial ressaltou ainda que a expressiva votação obtida por Fernando Henrique, além de garantir ao candidato tucano a vitória no primeiro turno das eleições presidenciais, possibilitou ao PSDB controlar o governo dos três estados mais importantes da federação — São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais —, que, juntos, detêm 70% da produção industrial brasileira. Em relação à nova composição do Congresso Nacional, as expectativas quanto à sustentação do novo governo eram as melhores possíveis. A base aliada, segundo os cálculos do jornal, contava com 336 votos na Câmara e 62 votos no Senado, número suficiente para iniciar a qualquer momento o processo de revisão do texto constitucional, essencial para retirar “as minúcias que amarram a sua maleabilidade, estimulam a desobediência a dispositivos absurdos e utópicos e desmoralizam a sua inviolabilidade”.

Para o *Jornal do Brasil*, as razões de todo o sucesso que cercava Fernando Henrique Cardoso estariam nas suas qualidades políticas e intelectuais. De acordo com o jornal, o presidente recém-eleito era um estadista moderno, um socialdemocrata que “reconhece que o processo de mundialização e autonomização da economia debilitou o poder dos Estados nacionais”, mas que sabe também que “não se pode deixar tudo à mercê do mercado”, pois este, embora liquide as burocracias ineficientes, “não fornece um princípio de organização social, nem trata do fortalecimento da cidadania”. Portanto, segundo o *JB*, ao se

comprometer com esses valores, Fernando Henrique inaugurava uma nova era na história política do país.

O JB NO SÉCULO XXI

Em abril de 2001 a marca *Jornal do Brasil* foi arrendada por Nelson Sequeiros Rodrigues Tanure, empresário com negócios nos ramos imobiliário e de estaleiros, entre outros, que passou a controlar a redação do veículo. O *Jornal do Brasil* foi assim incorporado à Companhia Brasileira de Multimídia (CBM), de Tanure, que também incluiria mais tarde em seu portfólio o jornal paulistano *Gazeta Mercantil*, editoras de livros, além de participações no mercado de revistas – em parceria com a Editora Três, detentora da *Isto É* – e de televisão – através do acordo firmado com a Rede CNT para a tentativa de estabelecimento do canal JBTv, que não vingou.

Em abril de 2006, o *JB* passou a ser impresso, em gráfica própria, no formato *berliner*, um pouco menor do que o *standard* tradicional, e maior que o tablóide. Com a jornalista Ana Maria Tahan como sua editora-chefe, e em nova redação, o veículo pretendia consolidar um novo público leitor, sem necessariamente competir com os títulos rivais na cidade, e contava em sua equipe de colaboradores permanentes com nomes como os do humorista Paulo Caruso, da jornalista Lilian Witte Fibe, José Dirceu, Frei Beto, o jogador de futebol Renato Gaúcho e o velejador Robert Scheidt, entre outros.

Em 2007 a nova estratégia do jornal parecia colher frutos, pois, segundo dados do Instituto Verificador de Circulação (IVC), o *Jornal do Brasil* teria ampliado sua circulação em cerca de 27%, passando da média de 78 mil exemplares no ano anterior para 100 mil, e ficando então em 12º lugar no *ranking* dos maiores jornais do país. No ano seguinte, porém, foi pedida a desfiliação do IVC pelos dois jornais da Companhia Brasileira de Multimídia (CBM): o *Jornal do Brasil* e a *Gazeta Mercantil*.

Ainda em 2008 o *Jornal do Brasil* fez uma parceria de digitalização com o site de buscas HYPERLINK "<http://pt.wikipedia.org/wiki/Google>" \o "Google" [Google](#). A partir de então o internauta passou a ter livre acesso aos textos completos das edições digitalizadas das décadas de 1930 a 1990, que podem ser acessadas pelo link HYPERLINK "<http://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC>" [Acervo histórico digitalizado do Jornal do Brasil](#).

Em março de 2010 sua tiragem foi de apenas 20.941 exemplares. Esse crescente declínio levou sua direção a anunciar, em julho desse ano, o fim da edição impressa do jornal que, a partir de 1º de setembro seguinte passaria a existir somente em versão **HYPERLINK** "<http://pt.wikipedia.org/wiki/Online>" \o "Online" [online](#), com alguns conteúdos restritos a assinantes, o *JB Premium*. A partir de então o JB passou a se autodenominar "*O Primeiro jornal 100% digital do País!*"

Sobre o *Jornal do Brasil* foram escritos os artigos de Washington Dias Lessa, “Amílcar de Castro e a reforma do *Jornal do Brasil*”, em *Dois estudos de comunicação visual* (1995), e de Marieta de Moraes Ferreira, “A reforma do *Jornal do Brasil*”, em *A imprensa em transição; o jornalismo brasileiro nos anos 50* (1996).

Sérgio Montalvão

FONTES: AGUIAR, C. *Imprensa; Almanaque Abril* (1995); CARONE, E. *República velha*; ENTREV. ALONSO, M.; ENTREV. BAHIA, L.; ENTREV. BRITO, E; ENTREV. BRITO, M.; ENTREV. CASTRO, A.; ENTREV. CORREIA, M.; ENTREV. GOULART, F.; ENTREV. FIGUEIREDO, W.; ENTREV. FREITAS, J.; ENTREV. LEMOS, C.; ENTREV. SALES, L.; ENTREV. SCHLAFMAN, L.; ENTREV. TINHORÃO, J.; FAUSTO, B. *História; Jornal do Brasil* (9/4/61, 9/4/66 e 9/4/71, 28 e 1/3/86, 2, 6, 7, 8, 10, 11 e 14/11/89, 15 e 16/3/90, 1 e 3/2 9 e 15/5/91, 15/3, 26, 27, 28, 29 e 30/9, 1, 2, 3, 4 e 5/10/92, 1, 6, 7, 16, 18 e 19/10/93, 2, 3, 8, 9, 23 e 24/2, 1 e 14/3, 1/7, 13, 21 e 23/9, 1, 2, 3 e 4/10/94, 1, 2, 3 e 4/1/95); LATTMAN-WELTMAN, F. *Imprensa; Meio & Mensagem*. Disponível em: <<http://www.mmonline.com.br>>. Acesso em: 10/10/2009; NOBLAT, R. *Céu*; Portal Imprensa. Disponível em: <<http://portalimprensa.uol.com.br>>. Acesso em: 10/10/2009; RODRIGUES, L. *Eleições*; RUA, M. *Mídia*; SKIDMORE, T. *Brasil*; VÍTOR, M. *Cinco*.